

RESOLUÇÃO PGM/JAC Nº 047 DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

“Disciplina, nos termos dos artigos 190 e 191 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), a celebração de negócios jurídicos processuais (NJP) em sede de execução fiscal, para fins de equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa do Município de Jacupiranga/SP, e dá outras providências.”

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO que o artigo 190 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) permite às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais;

CONSIDERANDO que o artigo 191 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) permite ao juiz e às partes fixar calendário para a prática dos atos processuais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos para celebração de negócios jurídicos processuais no âmbito das execuções fiscais de competência da Procuradoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO a importância do princípio da eficiência na Administração Pública e a necessidade de otimizar os mecanismos de recuperação da dívida ativa;

RESOLVE:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizada a celebração de negócios jurídicos processuais (NJP) que tenham por objeto estipular mudanças no procedimento ou dispor sobre ônus, poderes,

faculdades e deveres processuais no âmbito das ações judiciais e execuções fiscais de competência da Procuradoria-Geral do Município de Jacupiranga, observados os requisitos previstos na Lei nº 13.105/2015 e as disposições desta Resolução.

Art. 2º A celebração de NJP será orientada de modo a promover:

- I - a redução da litigiosidade e a menor onerosidade dos instrumentos de cobrança;
- II - a eficiência na cobrança da dívida ativa;
- III - o estímulo à conformidade fiscal;
- IV - a autonomia da vontade das partes;
- V - a cooperação processual e a segurança jurídica;
- VI - a adequação dos instrumentos de cobrança à capacidade financeira dos devedores da dívida ativa do Município;
- VII - a concorrência leal entre os devedores; e
- VIII - a publicidade, a impessoalidade e o interesse público.

Art. 3º É vedada a celebração de NJP que:

- I - reduza o montante dos créditos inscritos ou envolva qualquer disposição de direito material por parte do Município em relação aos débitos inscritos em dívida ativa;
- II - implique renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário;
- III - preveja penalidade pecuniária contra o Município ou gere custos adicionais ao Município, exceto se autorizado pelo Procurador-Geral do Município; e
- IV - cujo cumprimento dependa de ato a cargo de outro órgão do Município, salvo expressa e prévia anuência deste.

TÍTULO II

DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE

Art. 4º Podem ser celebrados com fundamento nesta Resolução negócios jurídicos processuais típicos, ou atípicos, conforme as regras da Lei nº 13.105/2015 e da legislação processual especial.

Art. 5º Os negócios jurídicos processuais podem envolver:

- I - plano de amortização;

- II - aceitação, avaliação, substituição, liberação ou execução de garantias, inclusive previamente ao ajuizamento da execução fiscal;
- III - garantia fidejussória dos administradores e/ou sócios da pessoa jurídica devedora ou de terceiros;
- IV - meios executórios, inclusive os referidos no art. 139, IV, da Lei Federal nº 13.105/2015;
- V - definição do administrador-depositário na penhora de faturamento, empresa ou estabelecimento;
- VI - inclusão, permanência ou exclusão do crédito em redes de proteção de crédito ou de protesto de certidão de dívida ativa;
- VII - procedimento de conversão de depósito em renda;
- VIII - reunião de execuções fiscais;
- IX - calendarização do processo;
- X - prazos processuais;
- XI - novas modalidades de atos de comunicação processual;
- XII - procedimento da prova pericial, inclusive escolha do perito;
- XIII - produção unificada de prova para litígios repetitivos;
- XIV - delimitação consensual das questões de fato e de direito;
- XV - cumprimento de decisões judiciais;
- XVI - recursos, inclusive sua renúncia prévia.

TÍTULO III

DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Art. 6º O devedor poderá manifestar sua vontade na celebração de NJP envolvendo plano de amortização para pagamento total ou parcial dos débitos inscritos na dívida ativa do Município, inclusive de suas autarquias e fundações.

Art. 7º O NJP que tenha por objeto plano de amortização do débito deverá conter, cumulativa ou alternadamente, as seguintes condições:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos inseridos no NJP;
- II - oferecimento de garantia idônea e suficiente;
- III - manutenção das garantias já existentes nos processos de execução fiscal.

TÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA E DO PROCEDIMENTO

Art. 8º Após as tratativas, havendo consenso entre as partes, o NJP deverá ser reduzido a termo, contendo a qualificação das partes, as cláusulas e condições, os débitos envolvidos, o prazo para cumprimento e as consequências em caso de descumprimento.

Art. 9º Compete ao Procurador-Geral do Município a aprovação e assinatura dos negócios jurídicos processuais celebrados nos termos desta Resolução, podendo haver delegação.

TÍTULO V

DAS CAUSAS DE RESCISÃO

Art. 10 Implicará rescisão do NJP:

- I - a falta de pagamento de 2 (duas) parcelas do plano de amortização, consecutivas ou não;
- II - a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo;
- III - a decretação da falência ou insolvência civil do devedor;
- IV - o descumprimento das demais cláusulas estipuladas.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

WANDERSON CLANY ALVES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3975-2B13-AE61-9129

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WANDERSON CLANY ALVES DA SILVA (CPF 835.XXX.XXX-20) em 23/01/2026 15:35:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 23/01/2026 às 15:35 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://jacupiranga.1doc.com.br/verificacao/3975-2B13-AE61-9129>